

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA**  
**PSOL-RS**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**

(Sra. Fernanda Melchionna)

Solicita informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, acerca dos processos de reestruturação do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE.

*Senhor Presidente,*

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, acerca dos processos de reestruturação do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 14 de julho de 2020, foi realizada uma coletiva de imprensa por este Ministério, juntamente à Direção Interina do INPE, em virtude da notícia de que a servidora Lúbia Vinhas havia sido exonerada do cargo de coordenação-geral de Observação da Terra e da suspeita de que essa mudança tivesse relação com a recente divulgação de informações que dão a saber do aumento do índice de desmatamento na Amazônia.

Informações divulgadas pelo Instituto, em 10 de julho, mostraram que o desmatamento na Amazônia teve mais um mês de alta em relação ao ano anterior, o 14º seguido, e é o maior desde 2016. Os dados fornecidos pelo Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), ligado à coordenadoria chefiada pela Sra. Lúbia, indicam o maior número de alertas de desmatamento para o mês em toda a série histórica dos últimos anos<sup>1</sup>

A suspeita foi agravada diante da publicação de duas cartas públicas, assinadas por diversos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/governo-demite-coordenadora-doinpe-responsavel-por-monitorar-desmatamento.shtml>

*Gabinete 621 - Anexo IV - Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900  
Telefone: (61) 3215-5621  
dep.fernandamelchionna@camara.leg.br*



\* C D 2 0 2 5 0 8 7 4 3 0 0 0 \*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA**  
**PSOL-RS**

dos servidores do INPE, que informavam que estava em curso um processo de reestruturação do órgão, aproximando-a de uma formatação similar àquelas próprias de organizações militares.

As cartas informam ainda que essa reestruturação está sendo realizada de maneira paralela, centralizadora, pouco transparente e à revelia do corpo técnico de servidores. A carta pública afirma que “quando o INPE completará 59 anos, talvez seja também o primeiro aniversário do início de seu fim como o conhecemos”. O documento destaca que o Diretor Interino, Sr. Darcton Policarpo, está promovendo uma transformação institucional no Inpe, sem a participação do Comitê de Busca ou dos técnicos do órgão, de maneira que: “Existe uma estrutura administrativa oficial, a que está no regimento atual e válido, e uma estrutura paralela, que opera, governa e decide sobre o INPE, mas que não existe na regulação administrativa. É importante ressaltar que essa estrutura paralela de gestão incluiu a verticalização e unificação de comando aos moldes das estruturas militares, claramente na contramão das tendências atuais de pesquisas em redes colaborativas com liberdade acadêmica e autonomia científica.”<sup>2</sup>

Por fim, os documentos informam que o atual Diretor Interino manifestou seu interesse em candidatar-se para a seleção para o cargo de Diretor do INPE, que, na forma regimental, deve ocorrer por meio de uma Comissão de Busca especialmente nomeada para a tarefa.

Assim, a falta de transparência nesses processos causa grande preocupação, especialmente levando-se em conta o caráter estratégico do órgão e a sensibilidade das informações que detém e veicula, o que aumenta a importância da independência de sua atuação.

Com relação à reestruturação a que se referem tanto o corpo de servidores do INPE quanto o Ministro, junto ao Diretor Interino na coletiva de imprensa do dia 14 de julho, pergunta-se:

1. Qual foi o ato administrativo que deu início ao processo de reestruturação do órgão? Solicita-se envio de cópia integral do ato e de sua publicação.
2. Qual o ato administrativo que determinou a realização do estudo que identificou as ineficiências ou inadequações na atual estrutura a que o Diretor Interino se referiu na coletiva de imprensa do dia 14 de julho?
3. Quem realizou o referido estudo? Solicita-se remessa de cópia integral do estudo.
4. Que servidores foram ouvidos para a realização do diagnóstico da suposta ineficiência da estrutura anterior? Esses servidores foram formalmente consultados acerca do referido diagnóstico?

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/tecnicos-do-inpe-dizem-em-carta-que-ha-estrutura-paralela-no-orgao.shtml>



\* C D 2 0 2 5 0 8 7 4 3 0 0 \*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA**  
**PSOL-RS**

5. O estudo e a proposta inicial de reestruturação dos cargos de instâncias decisivas foi submetido a qualquer órgão colegiado do INPe? Qual foi a participação do corpo de servidores do INPE na elaboração do diagnóstico realizado e da reestruturação proposta?

6. Foi ou está sendo elaborado um novo Regimento Interno do INPe? Quais servidores de que órgãos foram destacados para a elaboração do documento? Ele será submetido a algum colegiado de servidores do INPE antes de aprovado pelo MCTI?

7. O Diretor Interino, por ocasião da coletiva de imprensa, afirmou que não há estrutura paralela no INPE, mas que discute semanalmente com um grupo de pessoas a estrutura que se formará. Não obstante, não restou claro quem compõe esse grupo. Por essa razão, questiona-se a quem o Diretor se referia.

8. Quais foram os elementos de conveniência e oportunidade da decisão administrativa de realizar uma reestruturação dessa natureza em um órgão de caráter estratégico em meio a um mandato interino?

9. Foi realizada alguma consulta aos órgãos de ética do MCTI sobre a adequação da participação do atual Diretor Interino no processo de seleção para o cargo de Diretor do INPE? Em caso positivo, solicita-se a remessa integral do procedimento de consulta.

10. Foi realizada alguma consulta aos órgãos de assessoria jurídica do MCTI sobre a juridicidade, conveniência e oportunidade de uma eventual participação do atual Diretor Interino no processo de seleção do novo Diretor do INPE? Em caso positivo, solicita-se a remessa integral do procedimento de consulta.

11. Em julho de 2019, o Dr. Ricardo Galvão foi exonerado do cargo de Diretor do INPE após uma série de declarações do Presidente da República e do Ministro do Meio Ambiente que, além de protestar contra a publicidade dos dados, levantavam graves suspeitas sobre a sua veracidade. Em coletiva de imprensa no dia 01/08/2019, o Presidente afirmou que: *“Eu não quero afirmar, mas uma notícia como essa, que não condiz com a verdade, tem um estrago muito grande na imagem do Brasil. Parece que tem gente interessada nisso, que não é a imprensa. Que o dado saiu lá de dentro, de órgãos nossos. Essa que é nossa preocupação grande que nós temos. Eu acho até que, aprofundando os estudos, ver se essas pessoas divulgaram de má-fé estes informes para prejudicar o governo atual e bem como desgastar a imagem do Brasil, porque nós estamos dando um salto, sim, no tocante de um novo relacionamento com o mundo na base de uma palavrinha chamada “confiança”.*<sup>3</sup>” Na mesma ocasião, respondendo acerca de suas intenções, à época de exonerar os responsáveis pela divulgação dos dados, afirmou: *“Se quebrar confiança, vai ser*

---

<sup>3</sup> Entrevista coletiva concedida em 01/08/2019. Acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2wlN6q9bgeI>, a partir do minuto 36.



\* C D 2 0 2 5 0 8 7 4 3 0 0 \*

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADA FERNANDA MELCHIONNA**  
**PSOL-RS**

*demitido sumariamente. Se for possível, se não tiver mandato. Não tem desculpa para nenhum ato por parte de quem quer que seja, sendo subordinado ao governo, seja ministro ou o mais humilde servidor, divulgar um dado desse, desse peso, de importância para o nosso Brasil.”<sup>4</sup> Assim, acerca dos dados que informaram o aumento dos desmatamentos divulgados em julho de 2019, pergunta-se:*

- a) Foi realizada alguma auditoria ou investigação com relação aos dados a partir desses questionamentos?
- b) O Ministério do Meio Ambiente ou a Presidência da República enviaram ao MCTI qualquer questionamento formal acerca da veracidade dos dados de desmatamento divulgados em 2019?
- c) Há algum fundamento técnico ou científico no âmbito do MCTI para suspeitar da veracidade dos dados divulgados?
- d) Os dados publicados pelo INPE em julho de 2019, sob a direção do Dr. Ricardo Galvão, sofreram alguma alteração desde então? Em caso positivo, quais alterações ou correções foram realizadas?

Atenciosamente,

*Brasília, 06 de agosto de 2020*

**FERNANDA MELCHIONNA**

**PSOL-RS**

---

<sup>4</sup> IDEM, a partir do min. 41.



\* C D 2 0 2 5 0 8 7 4 3 0 0 0 \*